

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 598/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Central da referida comarca, no dia 20.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 610/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brillhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul, no período de 5 a 8.2.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 611/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 20.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 612/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para participar do “Seminário Internacional da Primeira Infância: o melhor investimento para desenvolver uma Nação”, nos dias 12 e 13.3.2019, em Brasília/DF, representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 613/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, compor a Câmara Técnica de Controle Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 614/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Grazia Strobel da Silva Gaifatto 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18.2.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 615/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu férias à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rosalina Cruz Cavagnolli	11 a 30.3.2019	6 a 15.5.2019		

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rosalina Cruz Cavagnolli	20.2 a 1º.3.2019	2 a 21.5.2019		

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 616/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2004, a ser usufruído no dia 17.5.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 617/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Gilberto Carlos Altheman Júnior	9 e 10.12.2017	7 e 8.3.2019
Leonardo Dumont Palmerston	8 e 9.12.2018	7 e 8.3.2019
	26 e 27.1.2019	28 e 29.3.2019
Lindomar Tiago Rodrigues	19, 20 e 21.4.2014	18, 19 e 20.2.2019
Rosalina Cruz Cavagnolli	13.3 e 21.4.2016	18 e 19.2.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 618/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Procedimento de Investigação Criminal nº 06.2019.00000211-7, em trâmite perante a 16ª Promotoria de Justiça da referida comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 623/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 50ª Zona Eleitoral, no período de 27.2 a 1º.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 7 a 11.3.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 625/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Terenos, no dia 21.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 626/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Ivinhema, Daniel do Nascimento Britto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Angélica, no dia 21.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 627/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá, nos períodos de 12 a 15.2.2019 e 27.2 a 1º.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 7 a 11.3.2019, em razão de férias do titular Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 628/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Rio Brillhante, Jorge Ferreira Neto Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, nos dias 18 e 19.2 e 7 e 8.3.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial e no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 629/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 401/2019-PGJ, de 4.2.2019, na parte que concedeu compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes, de forma que, onde consta: “a serem usufruídos nos dias 18 e 19.3.2019”; passe a constar: “a serem usufruídos nos dias 18 e 19.2.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 599/2019-PGJ, DE 20.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 364/2019-PGJ, de 30.1.2019, que designou servidores para, sem prejuízo de suas funções, comporem grupo de trabalho do Projeto “Paiaguá”, que tem por finalidade o acompanhamento técnico da implantação do Sistema Turmalina, na versão *web*, as servidoras Marina Borges Soares, Nathalia Santa Catharina Poester e Rebeca Murano Borges.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 653/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Rodrigo Ribeiro Mota, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 654/2019-PGJ, DE 21.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Bruna Muriele Rodrigues Lima para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 579/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Carla Maria Bagordakis, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral Adjunto de Justiça, no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias, e nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Ana Carolina Ramos Borges.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 580/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11 a 24.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 581/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Adauton Tamiozzo de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 20.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 589/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Thiago de Souza da Silva, ocupante do cargo efetivo de Analista/Engenharia Civil, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura, no período de 19 a 22.2.2019, em razão de viagem do titular, Jean Claud Borges Maciel Pinheiro.

**HUMBERTO DE MATOS BRITTES**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 590/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Terenos, no período de 11 a 17.2.2019, em razão de férias do servidor Flávio Cesar de Pauli.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 591/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 18 e 19.2.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, e no período de 20.2 a 1º.3.2019, em razão de férias da servidora Keyla Pereira Yoshimura.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 592/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Janaina Ferreira Domingos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC3, símbolo MPFC-303, no dia 15.2.2019 e no período de 18 a 20.2.2019, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 594/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Keyla Pereira Yoshimura, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 43ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 7.3.2019, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



**PORTARIA Nº 595/2019-PGJ, DE 19.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Andreia Daiane Vargas, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Pagamento, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Programação Financeira, no período de 18 a 27.2.2019, em razão de férias, e nos dias 28.2 e 1º.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao recesso forense da titular, Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR**

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2018.**

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:**

**7.1.1.** Apreciação do Calendário das reuniões ordinárias do Conselho Superior do Ministério Público do ano de 2019.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, apreciou o Calendário de reuniões ordinárias do Conselho Superior do Ministério Público do ano de 2019, sem ressalvas.*

REUNIÕES ORDINÁRIAS	
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
2019	
1º Semestre	2º Semestre
Fevereiro	Julho
12	2
19	9
26	16
	23
	30
Março	Agosto
12	6
19	13
26	20
	27
Abril	Setembro
2	3
9	10
16	17
23	24
30	
Maior	Outubro
7	1º
14	8
21	15
28	22
	29

Junho	Novembro
4	5
11	12
18	19
25	26
	Dezembro
	3
	10
	17

❖ As reuniões acontecem às terças-feiras

**7.1.2. Oitiva do Conselho Superior sobre a seguinte proposta: Ofício nº 0095/2018/ASSEPI/PGJ, de 25.10.2018.** O Procurador-Geral de Justiça encaminha cópia de proposta de redação de nova regra de comunicação das dilações de prazo ao Conselho Superior do Ministério Público, tendo por objetivo simplificar e automatizar o processo.

***Deliberação: Ouvido o Conselho sobre a proposta de redação de nova regra de comunicação das dilações de prazo ao Conselho Superior do Ministério Público, tendo por objetivo simplificar e automatizar o processo, houve concordância, à unanimidade.***

### 7.1.3. Expediente:

**1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá: Requerimento** subscrito pela 7ª Promotora de Justiça da comarca de Corumbá, Ludmila de Paula Castro Silva, em que solicita seja esclarecido o conteúdo da decisão do CSMP-MS nos autos de Processo PGJ/10/1068/2018, a fim de evitar a contabilização do prazo a que se referem os dispositivos da Resolução nº 001/2016-CSMP citados nesta peça e, consequentemente, preservar o direito da requerente de obter licença, por até 02 (dois) anos, para frequência às aulas em São Paulo, no momento oportuno do curso, e desenvolvimento da pesquisa, que em parte será feita no exterior (Bolívia).

***Retirado de pauta por ter sido apreciado na reunião do dia 11.12.2018.***

### 7.2. Julgamento de processos:

#### 7.2.1. Promoção e remoção:

##### 1. Processo PGJ/10/4318/2018.

Expediente: Aviso nº 14/2018/CSMP, de 21.11.2018, publicado no DOMPMS nº 1.862, em 22.11.2018.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento e promoção, pelo critério de antiguidade, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia, segunda entrância.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça os Promotores de Justiça Clarissa Carlotto Torres e Arthur Dias Júnior para compor a lista para remoção pelo critério de merecimento para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia, segunda entrância e para complementação da lista o Conselho Superior, por maioria, indicou o nome da Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina.***

#### 7.2.2. Processos Administrativos:

##### 1. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002947-9.

Assunto: Regulamentação acerca da possibilidade legal de manutenção ou suspensão do sigilo nos procedimentos após o seu arquivamento.

**Relatora Conselheira Jaceguara Dantas da Silva.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou a edição de Enunciado, nos termos do voto da Relatora.***

##### 2. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004275-0.

Assunto: Alteração do § 2º do artigo 8º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

**Relator Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou a alteração do § 2º, do artigo 8º, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 003/2012/CSMP, de 18 dezembro de 2012.***

### 7.3. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

#### 7.3.1. Processos com pedido de vista:

##### 1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005845-2

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Recorrente: Sociedade Brasileira de Dermatologia – Regional de Mato Grosso do Sul

Adv.: Rodrigo Martins Alcântara – OAB/MS 8.158

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela dentista Adriana Vanessa da Silva em aplicar toxina botulínica para fins estéticos, a qual só pode ser realizada por médicos e odontólogos, estes em caso eminentemente relacionado com a odontologia (interior da boca), sem cunho estético facial.

**Relator: Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**Voto-vista: Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

**Voto-vista: Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda**

VOTO-VISTA - NOTÍCIA DE FATO – MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – RECURSO CONTRA ARQUIVAMENTO – EVENTUAL IRREGULARIDADE COMETIDA POR CIRURGIÃ DENTISTA CONSISTENTE NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ESTÉTICO FACIAL PRIVATIVO DE MÉDICO – USO DE TOXINA BOTULÍNICA E PREENCHEDORES FACIAIS - ENUNCIADO N. 01/2012/CSMP – INAPLICABILIDADE – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL – INTERESSE MANIFESTO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, DO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TOXINA BOTULÍNICA E IMPLANTES FACIAIS E DE INTERESSE SOCIAL DOS CONSUMIDORES/PACIENTES DE TAIS PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS - JUÍZO PREVENTO DA 8ª VARA FEDERAL DE BRASÍLIA EM RAZÃO DO PROCESSO N. 0012537-52.2017.4.01.3400 - MATÉRIA SUJEITA À ANÁLISE E PORTANTO REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM BRASÍLIA NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA E/OU CONSUMERISTA – INTELIGÊNCIA DO ART. 286, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. No caso em que se apura notícia de eventual irregularidade cometida por cirurgia dentista por realizar procedimento estético facial. em tese, privativo de médico, por se alegar o tratamento invasivo e cirúrgico, vislumbra-se a competência do Parquet Federal para dar prosseguimento aos atos de investigação, pois a questão precípua envolveu a priori o Conselho Federal de Odontologia, o Conselho Federal de Medicina, e ainda a Sociedade Brasileira de Dermatologia, com interesse, em tese, dos consumidores/pacientes que fazem uso de toxina botulínica e preenchedores faciais, para fins exclusivamente estéticos, contudo, em razão de Ação Civil Pública proposta pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, extinta sem o julgamento de mérito, por ausência de representatividade adequada para a defesa de interesses metaindividuais por meio de Ação Civil Pública, tornou-se o juízo da 8ª Vara Federal de Brasília preventivo, pelo que deve, assim, a presente Notícia de Fato ser remetida ao Ministério Público Federal de Brasília, no âmbito da Saúde Pública e/ou Consumerista, uma vez que, provocado o Ministério Público, alega-se violação ao Código do Consumidor e propaganda enganosa, para apreciação dos fatos, na forma do art. 286, II, do CPC.

**Deliberação:** *O Conselho, por maioria, determinou a remessa dos autos ao Ministério Público Federal em Brasília/DF, nos termos do voto-vista do Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda, acompanhado pelo Relator, vencidos os votos-vistas do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do MP.*

### **7.3.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

#### **7.3.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 29/2014**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a ocorrência de violência obstétrica e a cobrança indevida realizada por médicos obstetras na cidade de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A COBRANÇA INDEVIDA REALIZADA POR MÉDICOS OBSTETRAS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – VISTÓRIAS REALIZADAS – EMPENHO EFETIVO PARA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS – NÃO COMPROVAÇÃO DA ALEGADA COBRANÇA INDEVIDA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS QUE ABRANGEM O OBJETO DESTES AUTOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No que concerne às irregularidades constatadas na auditoria do Ministério da Saúde, o Hospital Universitário de Dourados elaborou plano de reversão, com metas quantitativas, as quais possibilitam a construção de um mapa de atividade que auxilia o monitoramento de todos os passos referentes ao trabalho humanitário de assistência ao parto, bem como que a Comissão de Revisão de Prontuários está em pleno funcionamento desde 16.09.2016, instituída através da Portaria nº 187 de 05.08.2016. Nesse diapasão, restou encaminhado cópia do projeto de implantação de doulas comunitárias no Centro Obstétrico, no Pronto Atendimento de Ginecologia e Obstetrícia (PAGO) e no alojamento conjunto da maternidade, as

quais poderão dar um suporte físico e emocional antes, durante e após o parto. Cumpre salientar que não houve qualquer indício que indique a prática de cobrança indevida pelos médicos que atuam na prestação de serviço às parturientes, não havendo, inclusive, nenhuma denúncia desde a instauração deste feito. Soma-se a isso, o Ministério Público Federal instaurou procedimentos que guardam similitude com o objeto deste feito, quais sejam, o Inquérito Civil nº 1.21.001.000718/2015-03, com vistas a apurar o quantitativo de mortes perinatais evitáveis na maternidade do HU-UFGD, e o Inquérito Civil nº 1.21.001.000209/2013-19, que investiga se há atraso injustificado na construção do Instituto da Mulher e da Criança (fl. 619). Ainda, visando a solução dos problemas, encontra-se em trâmite no Parquet o Inquérito Civil nº 013/2015, cujo objeto é apurar o não fornecimento da opção de aplicação da analgesia em parto normal, tanto na rede pública quanto na rede privada, contribuindo para a finalidade do Inquérito Civil presente, ou seja, a qualidade do serviço prestado as gestantes que optam pelo parto normal no referido HU, bem como o Inquérito Civil nº 06.2016.00000050-7, que apura as deficiências do atendimento pré-natal na Atenção Básica de Saúde. Não se vislumbra a necessidade de qualquer ação judicial de caráter coercitivo, sendo certo, que o Hospital vem mostrando empenho efetivo para solução dos problemas estruturais e ao progresso da Saúde Pública deste município.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000464-7**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades de Interesse Social

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Comarca: Campo Grande/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no âmbito do “Projeto Vida Nova I” e “Associação Espaço Vida Ativa”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DO “PROJETO VIDA NOVA I” E “ASSOCIAÇÃO ESPAÇO VIDA ATIVA” AÇÃO CRIMINAL PROPOSTA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de justa causa para a continuidade do presente feito, uma vez que foi instaurado o Inquérito Policial nº 028/2015/DECON, contendo no relatório o indiciamento de Adelmo Vandir Alves e Marilza Aparecida Martim, por infração ao artigo 7º, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.137/90, bem como a Representação ao Juízo pela imposição de Medida Cautelar de Suspensão do Exercício de Atividade Econômica ou Financeira do “Projeto Vida Nova I”, o que acabou por dar ensejo ao Processo Criminal nº 0041852-69.2015.8.12.0001. Outrossim, no que diz respeito ao desenvolvimento do próprio call center da “Associação Espaço Vida Ativa”, o Parquet oficiou à Fundação Manoel de Barros, com o escopo de verificar a possibilidade de se dar apoio à entidade, o que culminou no treinamento gratuito para implantação do referido call center, tendo sido concluído com êxito, ocasionando o início de sua implantação na entidade. Como bem pontuou o i. Promotor de Justiça de origem “insta salientar que o interesse social na continuidade das atividades da entidade é patente, até porque não fora constatado qualquer ato ímprobo ou mesmo de má-fé por parte de seus dirigentes, em relação ao recebimento das verbas repassadas pela empresa Adelmo Vandis Alves-ME” (fl. 1103).

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

## **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000837-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Jaqueline Ferreira Fiaux e Prefeitura Municipal de Paranhos

Assunto: Apurar suposta irregularidade na licença sem remuneração concedida à Professora Jaqueline Ferreira Fiaux, em desacordo com a Lei Municipal nº 415 e 418/2008.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO CONCEDIDA À PROFESSORA JAQUELINE FERREIRA FIAUX, EM DESACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 415 E 418/2008 INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - AUSÊNCIA DE DOLO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que inobstante a cedência tenha sido feita em período de estágio probatório, uma vez que a servidora somente cumpriria os três anos no mês de outubro de 2017, não se vislumbra a ocorrência de má-fé, tanto da servidora pública municipal como da Secretaria de Educação. Ademais, cumpre salientar que não houve qualquer prejuízo aos cofres públicos municipais, haja vista que Jaqueline Ferreira Fiaux foi cedida ao Estado para trabalhar meio período (20 horas semanais), e a carga horária do concurso público em que ela foi aprovada também é de 20 horas semanais, havendo, pois, compatibilidade. Assim, não restou demonstrado que a cedência da servidora pública tenha causado qualquer prejuízo, tampouco restou demonstrado dolo dos agentes, não havendo elementos para embasar eventual propositura de Ação Civil Pública.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.000000055-9**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades/omissões da equipe médica responsável e demais profissionais que tiveram a participação no atendimento do infante D.Q.L., que veio a óbito no Hospital Beneficência Portuguesa no dia 25 de março de 2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES/OMISSÕES DA EQUIPE MÉDICA RESPONSÁVEL E DEMAIS PROFISSIONAIS QUE TIVERAM A PARTICIPAÇÃO NO ATENDIMENTO DA CRIANÇA D.Q.L., QUE VEIO A ÓBITO NO HOSPITAL DA BENEFICÊNCIA PORTUGUESA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS APURAÇÃO NA ESFERA PENAL E ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando os autos, com o esgotamento das diligências cabíveis para apurar a ocorrência da morte da criança Davi Queiroz Lima e o possível cometimento de erro médico em seu atendimento, bem como tendo sido constatado que os atos noticiados estão sendo apurados na esfera penal e administrativa, não há justa causa para o prosseguimento do presente feito. Denota-se que durante as investigações, não restaram verificadas outras situações específicas nas unidades de atendimento à saúde do município de Aparecida do Taboado/MS. Sublinhe-se que se encontra em trâmite perante o Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul CRM-MS os autos da Sindicância nº 93/2015, na qual houve a determinação de instauração de Processo Ético Profissional em desfavor do Dr. José Mendes Cardoso, por vislumbrar indícios de infração aos artigos 1º, 3º e 32 do CEM e da Drª. Lilian Moreira Sales, por vislumbrar indícios de infração aos artigos 1º e 3º do CEM, bem como determinou o arquivamento em relação aos Drs. Amin José Arabi, Guilherme Modesto Souto, Adonil Socorro de Souza, Claudio Souza dos Santos, Edina Aparecida Vieira Fonseca, Luciano Takeshi Iquegami e Karina de Oliveira Azim. Outrossim, cumpre salientar que os fatos estão sendo apurados na seara criminal, notadamente nos autos do Inquérito Policial nº 1541/2015, o qual tramita perante a 1ª Delegacia de Polícia de Paranaíba/MS, apurando eventual crime de omissão de socorro da criança em questão (autos nº 0002460-71.2015.8.12.0018). Por fim, como bem pontuou o Sr. Promotor de Justiça de origem “em razão do óbito da criança Davi Queiroz Lima, eventual propositura de ação de indenização por dano moral ou material em desfavor dos profissionais será exercida pelos genitores, ambos maiores e capazes, sendo, portanto, direito patrimonial disponível”. (fl. 536).

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000526-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Gisele Coelho de Almeida

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas a eventual desvio de função de cargo comissionado do DETRAN/MS em Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS A EVENTUAL DESVIO DE FUNÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO DETRAN/MS, EM NOVA ANDRADINA/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - NECESSIDADE DE OUTRAS DILIGÊNCIAS.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno ao órgão de execução de origem, nos termos do voto do Relator.***

**7.3.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001445-6 – SIGILOSO**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000177-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Leia Ferreira de Abreu

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade relacionada a eventual desvio de função de cargo comissionado no DETRAN de Nova Andradina.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE RELACIONADA A DESVIO DE FUNÇÃO DE CARGO COMISSIONADO NO DETRAN DA MUNICIPALIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO - NECESSIDADE DE AVERIGUAR A CONSTITUCIONALIDADE

DA LEI QUE CRIOU O RESPECTIVO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA - OFÍCIO EXPEDIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade relacionada a desvio de função de cargo comissionado do DETRAN de Nova Andradina, pois não se confirmou o desvio de função, haja vista a lei que criou o cargo de provimento em comissão não definir as respectivas funções, sendo, portanto, necessária a verificação da constitucionalidade da lei em questão, o que deverá ser feita pelo Procurador-geral de Justiça, sendo certo ainda que não restou constatada a ilação da requerente de que teve o direito de nomeação preterido, porquanto não se comprovou que a contratação das servidoras comissionadas impediu a contratação da requerente, vez que as duas vagas oferecidas no concurso público foram preenchidas.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000563-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Anônimo Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara de Vereadores de Deodápolis

Assunto: Apurar omissão da Câmara de Vereadores de Deodápolis na alimentação do Portal da Transparência, em desacordo à Lei n. 12.527/2011.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS – OMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NA ALIMENTAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - ADEQUAÇÃO DO SÍTIO ELETRÔNICO CONFORME A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promove-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar omissão da Câmara Municipal quanto à alimentação do Portal da Transparência, quando resta constatada a atuação resolutiva do órgão ministerial, fazendo com que a Casa de Leis proceda à adequação do sítio eletrônico, na forma da legislação de acesso à informação.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000827-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Secretário Municipal de Educação Jayme Evandro Sanches, em virtude da nomeação de sua esposa Thais Regina da Silva Cavalheiro para o cargo em comissão de Gerente de Cultura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO - APURAÇÃO DE DENÚNCIA ANÔNIMA RELATANDO CASO DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Quando as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução são suficientes para solucionar o relato anônimo de ocorrência de nepotismo no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida que se impõe, em razão do exaurimento de seu objeto, ante a atuação resolutiva ministerial dada com o cumprimento das exonerações dos ocupantes dos cargos em comissão, sendo que a servidora investigada deixou o cargo de Gerente de Cultura e passou a exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, e o investigado exerce atualmente a função de professor concursado da rede municipal de ensino, com carga horária de 20 horas/semanais, em compatibilidade de horário ao exercício da vereança, não se tratando o caso em comento de hipótese de nepotismo, pois, inobstante ambos estejam lotados na Secretaria de Educação, apenas a investigada ocupa cargo comissionado.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002111-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Frigorífico Frigomar

Assunto: Apurar eventual contaminação do lençol freático nas adjacências da Empresa Frigorífico Frigomar, praticada em tese pelo proprietário da referida empresa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - RECLAMAÇÃO DE POSSÍVEL CONTAMINAÇÃO DO LENÇOL FREÁTICO NAS ADJACÊNCIAS DO FRIGORÍFICO FRIGOMAR, PRATICADA EM TESE PELO PROPRIETÁRIO DA REFERIDA EMPRESA NÃO CONSTATAÇÃO ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUPERFICIAIS DE BOA QUALIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Procede o

arquivamento do Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar possível contaminação do lençol freático nas adjacências de frigorífico, quando, por meio de vistoria realizada pelo IMASUL, não se constata a poluição, mas se verifica a boa qualidade das águas subterrâneas e superficiais conforme padrão determinado pelas Resoluções CONAMA n. 357/2005 e n. 396/2008, bem como a adequada disposição de resíduos oriundos da linha verde nas áreas destinadas à fertilirrigação.  
**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001722-8**

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Nioaque

Requerentes: Hellen Dayana dos S. Garcia e outros

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar a falta de manutenção das ruas do final da Avenida General Klinger e no trecho da Rua Calógeras e Travessa Eliane do Município de Nioaque.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE - RECLAMAÇÃO DE MORADORES APONTANDO A FALTA DE MANUTENÇÃO EM LOGRADOUROS ESPECÍFICOS DA MUNICIPALIDADE - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - CONSTATAÇÃO DE QUE AS VIAS PÚBLICAS INVESTIGADAS ESTÃO TRANSITÁVEIS E EM BOM ESTADO DE MANUTENÇÃO - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO ÓRGÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar reclamação de moradores apontando a falta de manutenção em logradouros específicos do Município, quando, após diligências de investigação, resta constatado que a Municipalidade tomou as providências necessárias para tornar transitáveis as vias públicas investigadas, revelando-se resolutiva a atuação do Órgão Ministerial.  
**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002001-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pelicano Aviação Agrícola Ltda

Assunto: Apuração da regularidade das atividades da empresa Pelicano Aviação Agrícola, unidade de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – AUTUAÇÃO DO MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) E DO IMASUL À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE - INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO JUNTO AOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DE FISCALIZAÇÃO – CONDENAÇÃO – PENA DE MULTA – DESCUMPRIMENTO – DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E INTERESSE DE AGIR DO PARQUET – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. Não há justa causa ou sequer interesse de agir na abertura de Inquérito Civil, em razão de encaminhamento de documentação por órgão federal e estadual que dá conta de fiscalização e autuação de empresa de execução de serviços aeroagrícolas, quando esses órgãos administrativos estão atuando regularmente.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002552-8 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002127-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Verginia Agropecuária e Florestal Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Água Doce do Pantanal, localizada às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL -MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL LOCALIZADA À MARGEM DO RIO APA - INOCORRÊNCIA - APRESENTAÇÃO DE CAR E ART – ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 26, CAPUT, DA RESOLUÇÃO Nº 15, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007/PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Procede o arquivamento de Inquérito Civil quando, após diligências efetuadas pelo Parquet para apurar eventual dano ambiental em propriedade rural, resta constatada a sua regularidade jurídico-ambiental, e a inexistência de qualquer dano, presente ou iminente, a justificar a

intervenção do Ministério Público, quicá do Poder Judiciário, incidindo o art. 26, caput, da Resolução n. 15/2007/PGJ.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **10. Procedimento Preparatório n. 06.2017.00002260-9**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo em razão da nomeação da cōnjuge do Prefeito Municipal para o cargo de Secretária Municipal de Cultura do Município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - APURAÇÃO DE NOTÍCIA VEICULADA EM JORNAL ELETRÔNICO LOCAL - DIVULGAÇÃO DE SUPOSTO CASO DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - NÃO VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE N. 13 DO STF - HIPÓTESE EXCEPCIONADA PELA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA - EXERCÍCIO DE CARGO POLÍTICO - COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA ESPOSA NOMEADA PARA EXERCER CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - REGULARIDADE DA NOMEAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Procede o arquivamento do Procedimento Preparatório instaurado para esclarecer notícia veiculada pela mídia, dando conta de nepotismo no âmbito da Administração Municipal, por envolver nomeação de cōnjuge de Prefeito para cargo político, quando constatada sua indiscutível qualificação técnica para a função de Secretária Municipal de Educação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **11. Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000596-1**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A.

Assunto: Apurar valor indenizatório ao meio ambiente haja vista aquisição e comercialização de 60.000 mil litros de combustível óleo diesel S500, em afronta ao cronograma de aumento do teor de biodiesel, constatado pela fiscalização da ANP no índice de 1,6% de biodiesel, enquanto que o correto seria entre 4,5% até 5%.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) EM EMPRESA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO ACORDO POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO EM SISTEMA ELETRÔNICO SAJ/MP - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É medida de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar fiscalizações realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em empresa distribuidora de derivados de petróleo, quando, no curso de seu trâmite, celebra-se Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa requerida, cabendo ao Órgão de Execução o acompanhamento e fiscalização do acordo, o que ocorrerá por meio do Procedimento Administrativo instaurado no Sistema Eletrônico SAJ/MP, conforme dispõem as Resoluções n. 005/2012/CPJ e 015/2007/PGJ e o Enunciado n. 9/2016/CSMP.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7.3.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000248-9 – SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001420-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar violação do Edital PMPP/FAPEMS/001/2015 relativamente à previsão inserta no item 16.1 em que regula a forma de chamamento dos aprovados no certame apenas por publicação no Diário Oficial do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ponta porã – improbidade administrativa – apurar violação do edital pmpp/fapems/001/2015 relativamente à previsão inserta no item 16.1 em que regula a forma de chamamento dos



*aprovados no certame apenas por publicação no diário oficial do município – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação nos autos de que as irregularidades que deram ensejo ao início das investigações foram devidamente sanadas pela municipalidade, em decorrência da alteração da metodologia de convocação dos candidatos aprovados em concursos públicos, conforme entendimento do Poder Judiciário local.*

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000331-2**

Requerente: Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jucemar Carlos de Souza e outro

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes Urbanos nº 1K e 1J, localizado no Distrito de Palmeiras, no Município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietário a pessoa de Jucemar Carlos de Souza e outro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - DANO AMBIENTAL - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DOS LOTES URBANOS Nº1K E 1J, LOCALIZADO NO DISTRITO DE PALMEIRAS, NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI, ONDE CONSTA COMO PROPRIETÁRIO A PESSOA DE JUCEMAR CARLOS DE SOUZA E OUTRO APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 11 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante instauração de inquérito civil coletivo para acompanhar o projeto de diagnóstico ambiental das propriedades urbanas, sem construção em APP, mas com danos ambientais, incluindo as propriedades, objeto deste procedimento. Observância do Enunciado nº 11 do Conselho Superior do Ministério Público, que dispõe acerca da homologação da promoção de arquivamento dos procedimentos instaurados para apurar eventual irregularidade ambiental em várias propriedades rurais que coletivamente estejam contempladas em projeto ambiental.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000763-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar delação apócrifa de eventual improbidade administrativa decorrente da não entrega de uma creche cujas obras estariam paralisadas desde 2011, a despeito do recebimento de verba pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR DELAÇÃO APÓCRIFA DE EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA NÃO ENTREGA DE UMA CRECHE CUJAS OBRAS ESTARIAM PARALISADAS DESDE 2011, A DESPEITO DO RECEBIMENTO DE VERBA PÚBLICA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGULAR - OBRA EM PLENO FUNCIONAMENTO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Comprovou-se nos autos, que a obra do Centro de Educação Infantil foi concluída e está em pleno funcionamento. Ato de improbidade administrativa não configurado. Nesse sentido, esclareça-se que para que seja configurado ato de improbidade administrativa do gestor público, é imprescindível a existência de dolo do agente nas condutas tipificadas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 ou, no mínimo, a culpa grave nas condutas dispostas no artigo 10. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001476-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital CASSEMS Unidade de Três Lagoas

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da prática de descarte irregular de resíduos hospitalares, bem como graves problemas estruturais nas instalações físicas do empreendimento Hospital CASSEMS Unidade Três Lagoas-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA PRÁTICA DE DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS HOSPITALARES, BEM COMO GRAVES PROBLEMAS ESTRUTURAIS NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO EMPREENDIMENTO HOSPITAL CASSEMS UNIDADE TRÊS LAGOAS-MS IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Esgotou-se o objeto do presente inquérito civil mediante constatação de que o Hospital CASSEMS

Unidade de Três Lagoas-MS realizou todas as modificações necessárias, conforme determina a legislação vigente. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001681-8 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005863-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Costa Rica

Recorrente: Município de Costa Rica

Recorridos: Ouvidoria do MPMS e Thiago Silva Alves

Assunto: Apurar a regularidade de procedimento de licitação para aquisição de pneus pela Secretaria Municipal de Educação de Costa Rica, com fulcro em notícia de denunciante que se identificou unicamente pelo nome de Thiago.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DO ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - APURAR A REGULARIDADE DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COSTA RICA, COM FULCRO EM NOTÍCIA DE DENUNCIANTE QUE SE IDENTIFICOU UNICAMENTE PELO NOME DE THIAGO PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA RECURSO DESPROVIDO. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que, realizadas todas as diligências, não foi constatada qualquer irregularidade na licitação questionada, inexistindo, por consequência, ato de improbidade administrativa. No decorrer das investigações, restou constatado que, ao contrário do alegado pelo denunciante, o procedimento licitatório investigado nos autos, ocorreu de forma regular, tendo a empresa Auto Peças e Acessórios TJ, de propriedade do requerente, vencida por outros licitantes (fl. 59). Com relação a alegação de que o Município de Costa Rica teria adquirido pneus de marcas distintas às exigidas pelo certame, constatou-se que de acordo com os documentos analisados, os pneus adquiridos para os veículos apontados pelo denunciante são das marcas licitadas (fls. 106-108).

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento da Notícia de Fato e votou pelo desprovisionamento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000789-6**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Beneficente Douradense

Assunto: Apurar eventual lesão ao erário municipal, em decorrência das inconsistências apontadas pelo Relatório de Auditoria nº 16, do Componente Municipal de Auditoria do SUS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL LESÃO AO ERÁRIO MUNICIPAL, EM DECORRÊNCIA DAS INCONSISTÊNCIAS APONTADAS PELO RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 16, DO COMPONENTE MUNICIPAL DE AUDITORIA DO SUS - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que as irregularidades apontadas já foram sanadas, por meio de vias judiciais, mediante Ação De Cobrança em face da Associação Beneficente Douradense Hospital Evangélico e da Sra. Goldsby King. No decorrer das investigações, o município de Dourados-MS encaminhou cópia da Ação de Cobrança nº 0803353-43.2016.8.12.0002, ajuizada em face da Associação Beneficente Douradense Hospital Evangélico e a Sra. Goldsby King no montante de R\$51.137,10 (cinquenta e um mil, cento e trinta e sete reais e dez centavos), a qual já foi julgada, vindo a condená-los ao montante de R\$51.137,10 (cinquenta e um mil, cento e trinta e sete reais e dez centavos), reavendo dessa forma os valores resultantes em dano ao erário (fls. 322-324).

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00006420-0 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento da Notícia de Fato e votou pelo desprovisionamento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.***

#### **10. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00010037-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Recorrente: Camila Reinoso Lemos

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta prática de atos de improbidade administrativa por parte de servidores públicos municipais e pela própria municipalidade como um todo.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DO ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR PARTE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E PELA PRÓPRIA MUNICIPALIDADE COMO UM TODO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – RECURSO DESPROVIDO. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada, haja vista que, realizadas todas as diligências, não foi constatada qualquer irregularidade na instauração do procedimento administrativo disciplinar questionado, inexistindo, por consequência, ato de improbidade administrativa. Após analisar detidamente aos autos, não restou comprovado qualquer ato ímprobo por parte dos servidores municipais, bem como do Prefeito, que pudessem vislumbrar a prática de atos de improbidade administrativa na instauração do procedimento administrativo disciplinar em desfavor da recorrente, haja vista que a apuração de ilícitos administrativos é ato inerente ao vínculo estatutário dos servidores, fundado no poder hierárquico-disciplinar da Administração Pública.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento da Notícia de Fato e votou pelo desprovidimento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.

### 11. Inquérito Civil nº 117/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no relatório do processo administrativo nº 39/300.091/2006 da Auditoria-Geral do Estado na FERTEL, em especial o aditamento de contrato administrativo com acréscimo de objeto novo ao inicial e na aquisição de bens por valor superior ao registrado em ata, como ainda na falta de assinatura no termo de recebimento do respectivo material.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 39/300.091/2006 DA AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DA FERTEL, EM ESPECIAL O ADITAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO COM ACRÉSCIMO DE OBJETO NOVO AO INICIAL E NA AQUISIÇÃO DE BENS POR VALOR SUPERIOR AO REGISTRADO EM ATA, COMO AINDA NA FALTA DE ASSINATURA NO TERMO DE RECEBIMENTO DO RESPECTIVO MATERIAL – EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR PREFEITO, PRESCRITO – AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Eventual ato de improbidade administrativa decorrente da constatação de irregularidades no processo licitatório nº 01/2006 enquanto ocupava o cargo de representante da FERTEL encontra-se prescrito, em virtude de ter transcorrido o lapso temporal de cinco anos do término do mandato, previsto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. 2. Ausência de dano ao erário, em razão do pequeno valor irregular apurado (fls. 940-1023). 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

### 12. Inquérito Civil nº 15/2014

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade pelos atuais Diretores do Sebrae/MS consistente na contratação de suas próprias empresas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE PELOS ATUAIS DIRETORES DO SEBRAE/MS CONSISTENTE NA CONTRATAÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS EMPRESAS – EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR SERVIDOR REFERENTE AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SEBRAE E A EMPRESA VERMELHO GRILL, ESCONTRA-SE PRESCRITO – NO TOCANTE AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SEBRAE E A EMPRESA 7M ALIMENTOS, TRATA-SE DE VERBAS ORIUNDAS DO FINEP - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL – ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA 208 DO STJ - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DEFERIDO – ARTIGO 9-A DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ENUNCIADO Nº 16 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ARTIGO 52, PARÁGRAFO ÚNICO, DA RESOLUÇÃO Nº 015/200-PGJ - REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM – ENCAMINHAMENTO AO MPF - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Eventual ato de improbidade administrativa

decorrente da constatação de irregularidades no contrato celebrado entre o SEBRAE e a empresa Vermelho Grill Restaurante Ltda-EPP encontra-se prescrito, em virtude de ter transcorrido o lapso temporal de cinco anos do término do mandato previsto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. 1. No tocante, ao contrato celebrado entre o SEBRAE e a empresa 7M Alimentos Ltda-ME, trata-se de malversação de verbas oriundas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) repassadas pela União ao SEBRAE, a fiscalização compete ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atraindo a competência para a Justiça Federal julgar eventual ação civil por ato de improbidade administrativa. Entendimento consolidado na Súmula nº 208 do Superior Tribunal de Justiça de ser de competência da Justiça Federal processar e julgar desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal. 2. Não sendo caso de arquivamento, o Conselho Superior do Ministério Público recebe a presente promoção de arquivamento como declínio de atribuição ao Ministério Público Federal. Artigo 9-A da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público. Artigo 52, parágrafo único, da Resolução nº 015/200-PGJ. Declínio de atribuição deferido. Remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que encaminhe o procedimento original ao MPF. 3. Promoção de arquivamento parcial homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.***

**Incluídos na ordem do dia a pedido do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto, retirados de pauta na reunião do dia 11.12.2018:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000545-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar suposta violação aos impedimentos estabelecidos no artigo 140 do ECA, relativamente a Conselheiros Tutelares em exercício no referido órgão no Município de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS IMPEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 140 DO ECA, RELATIVAMENTE A CONSELHEIROS TUTELARES EM EXERCÍCIO NO REFERIDO ÓRGÃO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação da regularidade da nomeação dos servidores públicos Jucinei Fernandes Alcântara e Jailson Alves Gabriel para ocuparem cargos de Conselheiros Tutelares, haja vista não haver vedação legal expressa. Ato de improbidade administrativa não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000460-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000658-2**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Leandra Lima Benitez

Assunto: Apurar suposta conduta ímproba da servidora pública Leandra Lima Benitez, consistente em realizar campanha política no interior de prédio público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR SUPOSTA CONDUTA ÍMPROBA DA SERVIDORA PÚBLICA LEANDRA LIMA BENITEZ, CONSISTENTE EM REALIZAR CAMPANHA POLÍTICA NO INTERIOR DE PRÉDIO PÚBLICO EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR SERVIDORA PRESCRITO AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Eventual ato de improbidade administrativa em virtude de realização de campanha política no interior de prédio público enquanto ocupava cargo comissionado de Diretora do CEI, encontra-se prescrito, em virtude de ter transcorrido o lapso temporal de cinco anos da exoneração do cargo que ocupava, previsto no artigo 23, inciso I, da Lei 8.429/92. 2. Ausência de dano ao erário. Não se comprovou dano que ensejasse o ajuizamento de ação. 3. Promoção de arquivamento homologada

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000125-8**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar as vistorias realizadas pelo DETRAN/MS nos veículos de transporte escolar de Itaquiraí, assim como averiguar possíveis irregularidades quanto às normas de trânsito e transporte, especialmente em relação às condições de segurança, higiene, e conforto para as crianças e adolescentes que dele se utilizam.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAQUIRAÍ - INFÂNCIA E JUVENTUDE - ACOMPANHAR AS VISTORIAS REALIZADAS PELO DETRAN/MS NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ITAQUIRAÍ, ASSIM COMO AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO ÀS NORMAS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE, E CONFORTO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE DELE SE UTILIZAM - IRREGULARIDADES SANADAS - REALIZAÇÃO DE VISTORIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, porquanto todos os veículos que realizam transporte escolar no município de Itaquiraí/MS foram vistoriados pelo DETRAN/MS e considerados aptos para a prestação dos serviços.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000294-6 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000649-7**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar criação irregular, na área urbana do município de Bonito/MS, de animais e eventual omissão da vigilância sanitária no que tange à fiscalização e cumprimento do código de posturas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO – SAÚDE PÚBLICA - APURAR CRIAÇÃO IRREGULAR, NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE BONITO-MS, DE ANIMAIS E EVENTUAL OMISSÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO QUE TANGE À FISCALIZAÇÃO E CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE POSTURAS - IRREGULARIDADES SANADAS - OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado mediante a comprovação de que a Vigilância Sanitária adotou as providências necessárias em relação a criação de animais na residência da Sra. Isaura Loureiro de Sousa (fls. 59-63). Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000953-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar representação acerca de eventual utilização de maquinário e funcionário da UEMS por parte de servidor público.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CASSILÂNDIA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAR REPRESENTAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE MAQUINÁRIO E FUNCIONÁRIO DA UEMS POR PARTE DE SERVIDOR PÚBLICO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO DENÚNCIA DESPROVIDA DE VEROSSIMILHANÇA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Denúncia desprovida de verossimilhança, tendo em vista que não especificou fatos, nem indicou meios de prova. Não restou comprovado o desvio de maquinário e funcionário da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por parte de servidor público, denominado “Gustavo”. Depoimentos dos professores, escolhidos de forma aleatória, negaram de forma veemente, qualquer conhecimento acerca dos fatos. Promoção de arquivamento homologada.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001918-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de degradação ambiental às margens do Rio Taquari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM – DANO AMBIENTAL - APURAR DENÚNCIA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ÀS MARGENS DO RIO TAQUARI - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - REGULARIDADE DO IMÓVEL INVESTIGADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Comprovou-se nos autos, a ausência de dano ambiental praticado por Gylberto dos Reis Corrêa, conforme consta do relatório de vistoria da Polícia Militar Ambiental. Construção em conformidade com legislação vigente a época de sua aprovação. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002358-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e do Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Auto Posto de Combustível Fort Oil

Assunto: Apurar questões relativas à infraestrutura de auto posto de combustível em construção, na comarca de Três Lagoas, a fim de que sejam cumpridas as diretrizes da Resolução nº 38, CONTRAN, de 21 de maio de 1998.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MEIO AMBIENTE E URBANISMO - APURAR QUESTÕES RELATIVAS À INFRAESTRUTURA DE AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEL EM CONSTRUÇÃO, NA COMARCA DE TRÊS LAGOAS, A FIM DE QUE SEJAM CUMPRIDAS AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 38, CONTRAN, DE 21 DE MAIO DE 1998 - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado mediante a comprovação do regular funcionamento do empreendimento através de fotos que comprovam as adequações necessárias, tais como, a sinalização especial e calçadas levantadas nos vértices de encontro das vias, respeitando a metragem mínima de 05 (cinco) metros para cada lado, conforme determina a Resolução nº 38, do CONTRAN. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **10. Inquérito Civil nº 12/2012**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Aquidauana

Requerente: Wezer Lucarelli

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar se a equipe de profissionais (médicos e enfermeiros) que trabalham na UTI do Hospital Dr. Estácio Muniz, supre as exigências estabelecidas nas normas de urgência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – SAÚDE PÚBLICA – INVESTIGAR SE A EQUIPE DE PROFISSIONAIS (MÉDICOS E ENFERMEIROS) QUE TRABALHA NA UTI DO HOSPITAL DR. ESTÁCIO MUNIZ, SUPRE AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS NORMAS DE URGÊNCIA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Comprovou-se nos autos que o município de Aquidauana/MS adotou as medidas necessárias para resolução da falta de médicos e enfermeiros na UTI do Hospital Regional Dr. Estácio Muniz, atendendo assim, às exigências da Resolução -RDC nº 07 de 24 de fevereiro de 2010 (fl. 304). Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

#### **11. Inquérito Civil nº 9/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerentes: Denúncia anônima e Ouvidoria/MPE

Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Investigar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana não vem cumprindo satisfatoriamente as leis da transparência e de acesso à informação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AQUIDAUANA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INVESTIGAR DENÚNCIA DE QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA NÃO VEM CUMPRINDO SATISFATORIAMENTE AS LEIS DA TRANSPARÊNCIA E DE ACESSO À INFORMAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. O município de Aquidauana/MS informou que implantou o sistema de inserção dos editais das licitações públicas realizadas pela Administração Municipal, proporcionando maior amplitude de conhecimento dos certames, bem como maior transparência dos atos públicos (fls. 92-94). Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

**12. Inquérito Civil nº 7/2014**

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ausência de sinalização, dispositivos e equipamentos de controle viário, bem como de fiscalização de trânsito no município de Amambai/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AMAMBAI – MEIO AMBIENTE E URBANÍSTICO – APURAR A AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO, DISPOSITIVOS E EQUIPAMENTOS DE CONTROLE VIÁRIO, BEM COMO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE AMAMBAI-MS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada mediante a comprovação de que as ações realizadas pelos órgãos competentes, contribuíram efetivamente para uma melhora na qualidade de vida do cidadão do município de Amambai, especificamente, referente aos transeuntes e motoristas que trafegam pelas vias públicas da cidade, favorecendo assim, toda a coletividade. Irregularidades devidamente sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**13. Inquérito Civil nº 15/2014**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imasul

Assunto: Apurar a situação ambiental do córrego Cabeceira Bom Jardim e a efetividade da fiscalização empreendida pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – DANO AMBIENTAL – APURAR A SITUAÇÃO AMBIENTAL DO CÓRREGO CABECEIRA DO BOM JARDIM E A EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO EMPREENDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 11 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Arquivamento parcial justificado. Comprovou-se nos autos que as propriedades rurais Chácara Araçatuba e Rancho Waldir Neves, celebraram Termo de Ajustamento de Conduta com o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, devendo a fiscalização do cumprimento de suas cláusulas ocorrer em Procedimento Administrativo. No tocante as demais propriedades lindeiras ao Córrego Bom Jardim, verifica-se que não foi possível identificar os proprietários dos demais imóveis rurais situados às margens do Córrego Bom Jardim, que apresentaram irregularidades ambientais, devendo o órgão de execução desmembrar o procedimento e instaurar um inquérito civil para cada propriedade, para que prossigam as investigações. Aplicação do Enunciado nº 11 do Conselho Superior do MPMS. Promoção de arquivamento parcial homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.***

**14. Inquérito Civil nº 11/2016**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da extração mineral de areia sem o devido licenciamento ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – DANO AMBIENTAL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que o município encaminhou documentação ao órgão de execução informando que foi realizado processo licitatório, onde consagraram vencedoras as empresas Stefanello Materiais para Construção Ltda-ME e André Pereira da Silva Eireli – ME, as quais possuíam fornecedores devidamente licenciados para a extração de areia junto ao DNPM e ao IMASUL. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.3.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002986-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ubyrajara Vendramini

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da supressão de

22,27 hectares de vegetação do Bioma Mata Atlântica, em área de reserva legal, com uso de motosserra, sem autorização legal, na fazenda Serra Alta, localizada no município de Sete Quedas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE 22,27 HECTARES DE VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, COM USO DE MOTOSSERRA, SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL, NA FAZENDA SERRA ALTA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS/MS - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está esgotado, porquanto foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização. Denota-se que o referido TAC está em consonância com o disposto na Resolução n.º 015/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como que as entidades beneficiárias, se encontram regularmente cadastradas no Ministério Público Estadual, em observância ao Enunciado n.º 12 do CSMP. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução n.º 15/2007, de 27.11.2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo n.º 09.2018.00000941-7, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do referido TAC. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00009992-1 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cláudio Henrique Dias da Costa

Assunto: Apurar denúncia de que a pessoa de Cláudio Henrique Dias da Costa estaria fugindo de ser testemunha em dois processos em São Paulo, bem como que o mesmo seria beneficiário de programas governamentais de casas populares, de maneira irregular.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO APURAR DENÚNCIA DE QUE A PESSOA DE CLÁUDIO HENRIQUE DIAS DA COSTA ESTARIA FUGINDO DE SER TESTEMUNHA EM DOIS PROCESSOS EM SÃO PAULO, BEM COMO QUE O MESMO SERIA BENEFICIÁRIO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE CASAS POPULARES, DE MANEIRA IRREGULAR INEXISTÊNCIA DE LESÕES AOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS OU INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS RECURSO NÃO PROVIDO PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento não caracteriza lesões aos interesses difusos e coletivos ou individuais homogêneos que pudessem ensejar a atuação ministerial. Além disso, ressalta-se que a alegação feita pela denunciante de que seu irmão CLÁUDIO HENRIQUE DIAS DA COSTA estaria evitando ser testemunha em processos que tramitam no Estado de São Paulo, por razões de competência, a questão deverá ser apurada na comarca daquele Estado. No que se refere à denúncia de que Cláudio teria sido beneficiário de loteamentos, de forma irregular, tal fato não restou comprovado, uma vez que não foram encontrados imóveis registrados em seu nome, conforme informado pelo Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do município de Bonito/MS. Assim, vota-se pelo não provimento do recurso interposto e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e votou pelo não provimento do recurso interposto, nos termos do voto da Relatora.***

### **7.3.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

**Processos retirados de pauta na reunião do dia 4.12.2018, por ausência justificada da Relatora:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002308-1**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul

Requerido: Pedro Coelho Oliveira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental proveniente de lançamento, em via pública, de resíduos provenientes da lavagem de tambores plásticos com produtos químicos, perpetrado (supostamente) por Pedro Coelho de Oliveira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PROVENIENTE DO LANÇAMENTO EM VIA PÚBLICA DE RESÍDUOS PROVENIENTES DE LAVAGEM DE TAMBORES PLÁSTICOS COM PRODUTOS QUÍMICOS - TAC CELEBRADO -



INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ - ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, de acordo com o disposto no artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, bem como, no Enunciado nº 09/2016 do CSMP. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00002379-2 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais danos ao patrimônio público municipal existente no Cemitério Santo Antônio de Campo Grande, como por exemplo, assolamento de calçadas, muros em más condições estruturais e existência de sepulcros violados.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR EVENTUAIS DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL EXISTENTE NO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO DE CAMPO GRANDE - IRREGULARIDADES SANADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que as irregularidades encontradas no Cemitério Santo Antônio foram sanadas. Portanto, não configurado ato de improbidade administrativa, de modo que falta justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **3. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000938-3**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível oferta irregular de transporte escolar por parte do Município e do Estado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE IVINHEMA - APURAR POSSÍVEL OFERTA IRREGULAR DE TRANSPORTE ESCOLAR POR PARTE DO MUNICÍPIO E DO ESTADO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Município de Ivinhema, bem como o Estado de Mato Grosso do Sul oferecem devidamente o transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes na área rural. Irregularidade não constatada. Perda do objeto. Falta de justa causa para prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001951-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Núcleo Ambiental do MPMS

Requerido: Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda.

Assunto: Apurar a operação da empresa Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda no Estado de Mato Grosso do Sul sem o devido registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL - APURAR A OPERAÇÃO DA EMPRESA PAMPA SEM O DEVIDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que a aeronave de propriedade da empresa Pampa Com. Imp. Exp. de Produtos Alimentícios Ltda. não estava sendo utilizada para aplicação de qualquer espécie de veneno ou defensivo agrícola. Irregularidade não comprovada. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

## **5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000252-4**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Promotor de Justiça: Fernando Marcelo Peixoto Lanza

Assunto: Apurar eventual responsabilidade por indigitado descumprimento de decisão judicial que garantiu o direito à realização de procedimento de cateterismo em favor do idoso João Vieira da Silva.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR EVENTUAL RESPONSABILIDADE POR INDIGITADO DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL QUE GARANTIU O DIRETO À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE CATETERISMO EM FAVOR DE IDOSO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Depreende-se da análise dos autos que não restou comprovada irregularidade quanto ao descumprimento de decisão judicial pelo Município de Três Lagoas e pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, não configurado ato de improbidade administrativa, de modo que falta justa causa para prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

## ESCOLA SUPERIOR

### AVISO Nº 041/2019-GED

### XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** a candidata aprovada no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 03 de agosto de 2018, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

A candidata convocada deverá comparecer, no local, no dia e horário mencionado no quadro abaixo, munida dos documentos relacionados no item 11, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no Item 2 deste Aviso.

#### 1.1 CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua São José, 564 - Centro - Nova Andradina.

#### BACHAREL EM DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
28.02.2019	09h	SILVANA DIAS FREITAS	7º

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

2.1 Para admissão, o candidato **Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação** deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da aérea de Direito deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br).

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 6/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/0568/2019).

Objeto: Aquisição de uniformes militares (calça de passeio, boina, camisa de passeio, sapato social, cinto, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 12 de março de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao> ou na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pelo Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Estadual, em exercício, em 20/02/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emervál Carmona Gomes e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2019.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

**SECRETARIA DE FINANÇAS****REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 290/2019-PGJ, DE 28.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar públicos, conforme Anexos desta Portaria, os Relatórios de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça e do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, referentes ao terceiro quadrimestre de 2018, nos termos do artigo 48, da alínea “a” do inciso I, e alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.311.005,10	17.376.874,78	17.335.372,13	17.690.782,24	17.718.220,07	18.178.704,06	17.762.755,21	17.730.269,09	18.549.684,58	18.661.415,02	18.424.511,43	43.743.164,43	240.482.758,14
Pessoal Ativo	13.498.249,51	13.564.119,19	13.524.462,77	13.880.544,24	13.914.972,59	14.383.361,39	13.978.008,73	13.945.522,61	14.674.701,04	14.857.114,15	14.620.210,56	35.236.998,59	190.078.265,37
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.876.856,58	10.931.481,00	10.872.932,75	11.186.756,62	11.095.081,12	11.521.178,23	11.115.543,59	11.131.975,40	11.865.707,72	12.054.012,00	11.823.863,45	29.134.569,34	153.609.957,80
Obrigações Patronais	2.564.323,03	2.567.557,11	2.562.713,74	2.597.602,52	2.710.702,42	2.742.783,84	2.720.046,07	2.705.268,59	2.718.490,28	2.725.325,19	2.724.624,78	5.992.529,16	35.331.966,36
Benefícios Previdenciários	57.069,90	65.081,02	88.816,28	96.185,10	109.189,05	119.399,66	142.419,07	108.278,71	90.503,04	77.776,96	71.722,53	109.900,09	1.136.341,21
Pensão Inativa e Pensionistas	3.812.755,59	3.812.755,59	3.810.909,36	3.810.238,00	3.803.247,48	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	3.874.983,54	3.804.300,87	3.804.300,87	8.506.165,84	50.404.492,77
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.924.480,64	2.924.480,64	2.922.634,41	2.921.963,05	2.921.963,05	2.914.058,23	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	6.584.028,46	38.630.918,68
Pensões	883.615,72	883.615,72	883.615,72	883.615,72	876.625,21	876.625,21	876.625,21	876.625,21	896.179,60	896.179,60	896.179,60	1.917.357,01	11.717.542,19
Outros Benefícios Previdenciários	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.780,37	56.031,90
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.991.075,25	3.866.089,58	3.812.438,44	3.810.238,00	3.820.777,79	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	4.497.093,43	4.426.408,92	4.386.429,28	12.724.005,95	56.699.392,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	178.319,66	53.333,99	1.529,08	0,00	17.530,31	0,00	0,00	0,00	622.109,89	622.108,05	582.128,41	4.217.840,11	6.294.899,50
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.812.755,59	3.812.755,59	3.810.909,36	3.810.238,00	3.803.247,48	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	3.874.983,54	3.804.300,87	3.804.300,87	8.506.165,84	50.404.492,77
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.319.929,85	13.510.785,20	13.522.933,69	13.880.544,24	13.897.442,28	14.383.361,39	13.978.008,73	13.945.522,61	14.052.591,15	14.235.006,10	14.038.082,13	31.019.158,48	183.783.365,87

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.735.143.525,05	-
C) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.756.138,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.733.387.387,05	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a - III b)	183.783.365,87	1,71%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	214.667.747,24	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	203.934.360,35	1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	193.200.972,97	1,80%

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 17.1.2019

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%	1,71%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
Chefe do Deptº. de Contabilidade  
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa  
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos  
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida			10.735.143.525,05
Receita Corrente Líquida Ajustada			10.733.387.387,05
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		183.783.365,87	1,71%
Limite Máximo (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		214.667.747,24	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)		203.934.360,35	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		193.200.972,97	1,80%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	0,00%
GARANTIAS E VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		-	0%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0%
RESTOS A PAGAR		Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício)
Valor Total		10.948.347,62	11.063.255,38

Nota Explicativa

No DTP está incluída a movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal, e deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável PGI, Data da emissão: 17.12.2019.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
Chefe do Deptº. de Contabilidade  
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa  
Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos  
Procurador-Geral de Justiça

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2018**

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 53, Inciso III, alínea "a")										RS.1.00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) I	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b + c + d + e)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	112.151,58	-	-	-	-	-	112.151,58	-	-	
44 Receitas de Convênios	112.151,58	-	-	-	-	-	112.151,58	-	-	
45 Receitas de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.123.843,58	600,00	7.604.945,38	0,00	567.194,40	-	10.951.103,80	10.948.347,62	-	
00 Recursos Ordinários do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bancos	19.110.826,52	600,00	7.604.945,38	-	554.177,34	-	10.951.103,80	10.948.347,62	-	
Caixa	13.017,06	-	-	-	13.017,06	-	-	-	-	
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	19.235.995,16	600,00	7.604.945,38	0,00	567.194,40	-	11.063.255,38	10.948.347,62	0,00	

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável PGJ, Data da emissão 17/01/2019

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
 Chefe do Deptº. de Contabilidade  
 Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa  
 Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos  
 Procurador-Geral de Justiça

**FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MS - FEADMP/MS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2018**

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RS 1.000										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) I	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
		(a)	(b)		(c)	(d)				
								(g) = (a) - (b + c + d + e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)										
45 REC DE ALIENACAO BENS DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	81.444.977,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.444.977,45	5.318.578,74	0,00	0,00
40 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	81.444.977,45	-	-	-	-	-	81.444.977,45	5.318.578,74	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	81.444.977,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.444.977,45	5.318.578,74	0,00	0,00

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável FEADMP, Data da emissão 17/01/2019

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
 Chefe do Deptº. de Contabilidade  
 Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa  
 Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos  
 Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000023 DE 19.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0793/2019.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA, (item 1.1, lote 1), para atender as Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.

Valor: R\$ 1.405,00 (um mil, quatrocentos e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000023 de 19.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000024 DE 19.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0793/2019.**

Credor: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, (item 1.3, lote 1), para atender as Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.

Valor: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000024 de 19.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000718 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0740/2019.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 6 (seis) unidades de refrigeradores, frost free, duas portas, capacidade de armazenagem líquida total de no mínimo 400 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp, Cònsul. Marca/Modelo: Consul CRD46AB, (item 1), para atender as Promotorias de Justiça das comarcas de Rio Verde de Mato Grosso, Corumbá, Camapuã, Miranda e Departamento de Material e Patrimônio.

Valor: R\$ 13.062,00 (treze mil e sessenta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000718 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000740 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0733/2019.**

Credor: YOUSSEF AMIM YOUSSEF - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 25/PGJ/2018 – Ata Registro de Preços nº 8/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 20 (vinte) unidades de bule de aço inox, com tampa em aço inox, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 1 a 2 litros, com fundo plano, com diâmetro maior que 10 cm e menor que 20 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: ARTINOX 2L, (item 2); 20 (vinte) unidades de chaleira em aço inox, com tampa em inox, alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3 a 5 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 cm e menor que 26 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: ARTINOX 3,5L; (item 5); 50 (cinquenta) unidades de chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: VIGOR, (item 6); chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 3 a 5 litros. Marca: VIGOR; (item 7); 50 (cinquenta) unidades de escorredor de louças duplo, em material cromado, capacidade de 5 a 10 pratos, além do compartimento para copos e talheres. Marca: PASSERINI, (item 10); 50 (cinquenta) unidades de leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 2 a 3 litros. Marca: VIGOR, (item 13); 50 (cinquenta) unidades de leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3 a 5 litros. Marca: VIGOR, (item 14); 300 (trezentas) unidades de colher de café, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm, e 10 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: BRINÓX; (item 20); 300 (trezentas) unidades de colher de chá, fabricada em aço inox, inteira, espessura de no mínimo 1 mm, e 12 cm de comprimento aproximadamente (admitindo-se 1 cm para mais ou para menos). Marca: BRINÓX, (item 21); e 2.000 (duas mil) unidades de guardanapo de papel branco, folha simples de alta qualidade, medindo 24 cm x 22 cm aproximadamente (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), sem furos, materiais estranhos ou sujidades, 100% de fibras naturais, embalado em pacotes plásticos com 50 (cinquenta) unidades, reembalados em caixa de papelão, conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Marca: SANTEPEL, (item 31).

Valor: R\$ 18.532,00 (dezoito mil, quinhentos e trinta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000740 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000741 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0742/2019.**

Credor: CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 9/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 9 (nove) unidades de disjuntor monopolar termomagnético, curva "C", 25A, capacidade de proteção de curto circuito de 3kA, tipo DIN, fabricado em conformidade com a NBR NM 60898 e NBR IEC 60947-2, marca Siemens, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Siemens, (item 48); e 8 (oito) unidades de lâmpada tubular de LED, bivolt, potência igual ou inferior a 10W, fluxo luminoso igual ou superior à 900 lumens, formato T8, soquete G13, comprimento de 600mm, temperatura de cor 6000k ou superior (branca fria), vida útil mínima 40.000 horas, 2 anos de garantia contra defeito de fabricação. Marcas de referência: Philips, Osram, Empalux, GE, Luterled, Ultraluz, Ledstar, Pulse, FLC, Avant, Glight, Alper, Taschibra, Aledis ou Golden. Marca: FLC, (item 61).

Valor total: R\$ 173,69 (cento e setenta e três reais e sessenta e nove centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000741 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000742 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0743/2019.**

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 9/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 5 (cinco) unidades de cabo UTP CAT 6, de acordo com as normas ANSI/TIA 568 C2 e ISO/IEC 11801, cor vermelho, com 4 pares de 24awg com isolamento de polietileno de alta densidade. Caixa com no mínimo 300m. Marcas de Referência: Furukawa, Nexans ou Draka Prysmian. Marca: Furukawa, (item 37).

Valor: R\$ 3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000742 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000744 DE 18.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0764/2019.**

Credor: DIGITAL DATA EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 30/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de 150 (cento e cinquenta) unidades de apoio para teclado, em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 50cm de comprimento x 10cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), tecido na cor preta, com base aderente, composição: elastômero, tecido e gelatina de silicone; embalagem em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: PISC, (item 3).

Valor: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000744 de 18.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 070/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0439/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS-ME**, neste ato representada por **Juceuma Alves de Assis Alcazas**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$70,00 (setenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000455, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.



**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 071/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0437/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MAC GÁS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI EPP**, neste ato representada por **Altair Capristano Freitas**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário R\$80,00 (oitenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000453, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 076/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0434/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **JUCEUMA ALVES DE ASSIS ALCAZAS-ME**, neste ato representada por **Juceuma Alves de Assis Alcazas**

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$12,00 (doze reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$216,00 (duzentos e dezesseis reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000456, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 077/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0431/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **L. E. ROJAS CUNHA ME**, neste ato representada por **Letícia Élen Rojas Cunha**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga, no valor unitário de R\$10,00 (dez reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$280,00 (duzentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000461, de 31.01.2019.

Vigência: 11.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 05/2019.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2019.00000677-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Concessionária CG Solurb Soluções Ambientais – SPE Ltda.

Objeto: Acompanhar a execução do PRADA no Dom Antônio Barbosa I, antigo Lixão de Campo Grande.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0002/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003789-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Amambai/MS

Objeto: Acompanhar o Projeto Mediação Socioassistencial desenvolvido na Região Sul-Fronteira com relação ao Município de Amambai

Amambai (MS), 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003790-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coronel Sapucaia

Objeto: Acompanhar o Projeto Mediação Socioassistencial desenvolvido na Região Sul-Fronteira com relação ao município de Coronel Sapucaia.

Amambai (MS), 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0004/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003791-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Amambai/MS

Objeto: Acompanhar o Projeto Mediação Sanitária desenvolvido na Microrregião Sanitária de Ponta Porã com relação ao município de Amambai

Amambai (MS), 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0005/2019/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo: 09.2018.00003792-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coronel Sapucaia

Objeto: Acompanhar o Projeto Mediação Sanitária desenvolvido na Microrregião Sanitária de Ponta Porã com relação ao município de Coronel Sapucaia

Amambai (MS), 20 de fevereiro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 002/2019/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000293-9, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000293-9.

Requerente: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI

Requerido: Prefeitura Municipal de Camapuã

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrentes do descumprimento de termos do contrato entre o Município de Camapuã e a Empresa Link Card Administradora de Benefícios Eireli”.

Camapuã - MS, 20 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 003/2019/1ºPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000269-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000269-4.

Requerente: Parte Sigilosa

Requerido: Almir de Oliveira Ávila e Adilson Lemes

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventual ilegalidade em relação ao desvio de local de trabalho do servidor público Adilson Lemes, lotado na Câmara Municipal de Camapuã, mas cedido verbalmente para a APAE”.

Camapuã - MS, 20 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 004/2019/1ºPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000275-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000275-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: OI S/A

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventuais práticas abusivas, qualidade técnica e irregularidades na prestação de serviços de internet banda larga e telefonia fixa pela Empresa OI S/A nos municípios de Camapuã e Figueirão-MS”.

Camapuã - MS, 20 de fevereiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0011/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00003508-1, abaixo relacionado:

Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00003508-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO.

Cassilândia-MS, 20 de fevereiro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2019/01PJ/CLA**

Autos de Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003372-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Secretário Municipal de Saúde de Cassilândia-MS

Objeto: Apurar a jornada de trabalho irregular de servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Cassilândia-MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, apresentado pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição da República, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, artigo 44 da Resolução nº 015/2007 PGJ/MS, de 27 de novembro de 2007, e:

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 26, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 1993 c/c artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993, poderá o MINISTÉRIO PÚBLICO expedir recomendações requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 164, de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público *"A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas"*;

CONSIDERANDO que há nos autos elementos de informação noticiando jornadas de trabalho diferenciadas entre servidores públicos sem amparo normativo no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a recomendação "não obriga o recomendado a cumprir os seus termos, mas serve como importante advertência a respeito das sanções cabíveis pela sua inobservância"<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que os princípios constitucionais da legalidade e da impessoalidade (artigo 37, *caput*, da Constituição da República de 1988) impõem tratamento igualitário em relação a servidores públicos que se encontrem sob o mesmo regime jurídico funcional;

CONSIDERANDO que o regime jurídico funcional dos servidores públicos *"é o conjunto de regras de direito que regulam determinada relação jurídica"* e do qual *"se originam diversos direitos e deveres para os servidores públicos"*<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que de acordo com informações prestadas pelo próprio Secretário Municipal de Saúde não existe regulamentação normativa amparando jornada diferenciada de trabalho de servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Saúde (fl. 52);

RESOLVE, em defesa da legalidade e impessoalidade (isonomia) administrativa:

RECOMENDAR ao Senhor Secretário de Saúde de Cassilândia Arthur Barbosa de Souza Filho que se abstenha de qualquer tratamento diferenciado em relação à jornada de trabalho de servidores públicos municipais sem amparo normativo ou em transgressão ao regime jurídico dos agentes públicos, ressalvadas as peculiaridades de carga horária de cada carreira.

1 RODRIGUES, Geisa de Assis. Reflexões sobre a atuação extrajudicial do Ministério Público: inquérito civil público, compromisso de ajustamento de conduta e recomendação legal. (Temas Atuais do Ministério Público. Salvador: Juspodivm, 2016. Pág. 357.

2 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 602.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará a adoção de providências judiciais em relação ao destinatário da recomendação.

O MINISTÉRIO PÚBLICO deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a presente RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem manejadas as medidas judiciais cabíveis.

Cassilândia, 14 de fevereiro de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

#### COXIM

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00000385-6

#### RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2018/02PJ/CXM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, por de sua Promotora de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, de acordo com o artigo 129, inciso III, da Constituição da Federal, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como dos interesses difusos e coletivos (art. 127, caput, e art. 129, III, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no art. 215 assevera "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais";

CONSIDERANDO, outrossim, o art. 227, da prefalada Lei Magna, o qual prescreve ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.933/2013, a qual dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos;

CONSIDERANDO que a mencionada Lei, em seu art. 1º, caput, assegura aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral;

CONSIDERANDO que referido benefício foi assegurado também às pessoas com deficiência e aos jovens entre 15 a 29 anos de idade de baixa renda (art. 1º, § 8º e 9º, da referida lei);

CONSIDERANDO que a concessão do direito ao benefício da meia-entrada é assegurada em 40% (quarenta por

cento) do total dos ingressos disponíveis para cada evento, nos termos do § 10 do art. 1º da Lei Federal;

CONSIDERANDO que as produtoras dos eventos deverão disponibilizar o número total de ingressos e o número de ingressos disponíveis aos usuários da meia-entrada, em todos os pontos de venda de ingressos, de forma visível e clara, bem como o aviso de que houve o esgotamento dos ingressos disponíveis aos usuários da meia-entrada em pontos de venda de ingressos, de forma visível e clara, quando for o caso (art. 2º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 12.933/2013);

CONSIDERANDO, também, a Lei Estadual nº 1.352/1992, a qual pontifica em seu art. 1º, "Art. 1º Fica assegurado aos estudantes da educação básica (etapas: ensino fundamental e médio); da modalidade da educação de jovens e adultos (etapas: ensinos fundamental e médio); da modalidade da educação técnica profissional; alfabetização, cursos preparatórios para vestibulares e concursos públicos; e de educação superior (cursos tecnológicos, sequenciais de graduação e pós-graduação), regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou privado, oficialmente reconhecidos, existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, o pagamento de meia entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais e circenses, em cinemas, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer deste Estado, nos termos desta Lei. (NR) (Redação dada ao caput pela Lei nº 3.978, de 14.12.2010, DOE MS de 15.12.2010)";

CONSIDERANDO que o art. 3º, parágrafo §1º, inciso I e II da mencionada lei estadual prevê, a título de sanção administrativa pelo seu descumprimento, penalidades, "§ 1º O descumprimento do previsto no caput do art. 1º desta Lei acarretará: "I - no caso de fornecedor que oferece ao mercado de consumo os serviços descritos no art. 1º, com programação contínua e perene, a aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, aos responsáveis pela irregularidade; II - no caso de fornecedor que oferece ao mercado de consumo os serviços descritos no art. 1º, em evento único ou de curta duração, a aplicação de multa, mínima, correspondente a 500 (quinhentas) UFERMS, para cada sessão e/ou dia de evento, aos responsáveis pela irregularidade, observado o disposto no art. 57 a Lei Federal nº 8.078, de 1990";

CONSIDERANDO, ainda, o fato público e notório de que as entidades abrangidas pelos referidos dispositivos resistem ao fiel cumprimento da lei em comento, não assegurando o pagamento da meia-entrada aos estudantes, regularmente matriculados na rede pública ou privada de ensino do Estado, utilizando subterfúgios, a exemplo do preço promocional ou do pagamento antecipado, com desconto, somente para não-estudantes, com o fim de fugir da obrigação legal e, estando este Órgão Ministerial legitimado a agir, conforme os dispositivos acima elencados;

RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO:

AOS PROMOTORES DE EVENTOS: assegurem a todos os estudantes, regularmente matriculados na rede pública ou privada de ensino do Estado, bem como aos idosos, às pessoas com deficiência e jovens entre 15 a 29 anos de idade comprovadamente de baixa renda, o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para a entrada nos eventos que possam ser realizado sob sua coordenação; assegurem a todos os estudantes, regularmente matriculados na rede pública ou privada de ensino do Estado, aos idosos, às pessoas com deficiência e jovens entre 15 a 29 anos de idade comprovadamente de baixa renda, em caso de venda antecipada e promoção, o pagamento de valor correspondente à metade da quantia cobrada a título de preço promocional; garantam o percentual de 40% (quarenta por cento) do total dos ingressos disponíveis para cada evento aos beneficiários da meia-entrada, nos termos do § 10 do art. 1º da Lei Federal; disponibilizem o número total de ingressos e o número de ingressos disponíveis aos usuários da meia-entrada, em todos os pontos de venda de ingressos, de forma visível e clara, bem como o aviso de que houve o esgotamento dos ingressos disponíveis aos usuários da meia entrada em pontos de venda de ingressos, de forma visível e clara, quando for o caso; que todas as propagandas veiculadas por qualquer meio de comunicação, exemplo: televisão, rádio, jornal, revistas, cartazes, panfletos, outdoor's entre outros, passem a fazer façam referência à possibilidade de compra de ingresso pela metade do preço no caso de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens entre 15 a 29 anos de idade comprovadamente de baixa renda, nos termos da lei; e que afixem em local visível onde se realizará o evento, preferencialmente, ao lado das respectivas bilheterias, cópias desta recomendação e, caso estabeleçam bilheteria diferenciada para a compra de senhas pelos beneficiários da meia-entrada, que se lhes assegure um atendimento compatível com os demais participantes do evento, ou seja, rápido e confortável.

AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM/MS: que no uso do Poder de Polícia administrativa que lhe é conferido constitucional e legalmente, fiscalize o cumprimento da Lei Federal nº 12.933/2013 e da Lei Estadual nº 1.352/92, atendendo ao disposto no art. 3º da lei estadual, realizando inspeção nos eventos, atestando se está sendo

assegurado o pagamento da meia-entrada para os beneficiários e impingindo as punições administrativas cabíveis contra aqueles que descumpram os comandos legais, recorrendo, se necessário, às autoridades policiais, ministeriais e judiciais.

**AOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DE COXIM/MS:** que fiscalizem o cumprimento dos dispositivos legais supra pelos promotores de eventos, através de inspeção.

**À POPULAÇÃO COXINENSE, EM GERAL:** que no caso de resistência ao fiel cumprimento dos dispositivos legais referenciados, tanto por parte dos responsáveis por tal mister, bem como pelas autoridades do executivo municipal e polícia, denunciem tal fato ao Ministério Público Local, o qual se encarregará de tomar todas as providências legais e administrativas cabíveis ao caso.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação aos Promotores de Eventos, ao Prefeito Municipal e aos Delegados de Polícia Civil do Município de Coxim/MS, mediante recibo.

Solicita-se a divulgação do teor da presente Recomendação através dos meios de comunicação locais, tais como rádios, jornais, blogs etc., para conhecimento da população em geral, a fim de que surtam os efeitos esperados.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades destinatárias acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ter prosseguimento as investigações ou ser manejada a ação civil respectiva.

Coxim-MS, 08 de maio de 2018.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
Promotor de Justiça

#### **PONTA PORÃ**

#### **EDITAL Nº 0021/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000673-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00000673-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Roosenice Martins Peixoto Cáceres e Clementino Cáceres

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Castelo no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel.

Ponta Porã/MS, 20 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça